2.

O mundo doméstico

Uma empregada doméstica que de dia cozinhava, limpava e passava para uma família e à noite fazia o mesmo para marido e filhos comentou com a patroa: - Foi tão esquisito, imagine, outro dia passou uma garça por cima do meu quintal, e me deu uma vontade de ser igual a ela, de sair voando, e não voltar nunca mais.

Espantava-se, pois gostava do marido e dos filhos, não achava injusta nem ruim a sua sorte.

Porém o cotidiano – que parecia ser seu único reino – não podia contê-la: seu olhar migrava em outras direções.

Lya Luft

2.1 - A importância das tarefas domésticas

A existência humana depende das atividades rotineiras relacionadas à alimentação, ao vestuário, ao abrigo e ao cuidado de crianças e adultos. Em termos abstratos, este trabalho familiar – ou trabalho social reprodutivo – é tão importante para a manutenção da sociedade quanto o trabalho remunerado e produtivo que ocorre no mercado formal de economia.

As atividades domésticas pertencem à esfera da vida privada. É importante discriminar aqui tarefas domésticas e responsabilidades familiares, a primeira estando atrelada ao cuidado do ambiente e seus objetos e a segunda a de seus habitantes. A primeira pode ser delegada a outros e neste caso, ser remunerada, a segunda não, pois não segue a lógica do mercado nem tem o mesmo sentido, é da ordem do afetivo e relacional.

A vida privada tem seu valor social estreitamente ligado ao fato de ser fundadora e promotora da civilização. É no âmbito da família que as relações interpessoais se constroem primordialmente. É no dia a dia, no espaço do lar que o tecido amoroso ganha consistência e os valores pessoais vão sendo forjados. De acordo com Oliveira (2003:39) transformar uma pequena criatura, um bebê recém nascido, em um ser humano, é um ato civilizatório por excelência. Esse único exemplo já é capaz de nos fornecer a dimensão da complexidade da vida

doméstica, pois são inegáveis os desafios que a transformação de um bebê em um adulto coloca para seus pais. O exercício da parentalidade está ligado à capacidade de amar e educar e não apenas colocar no mundo mais seres humanos. Embora não se pretenda discutir neste trabalho a questão da articulação entre natureza e cultura, sublinha-se apenas o quanto ela se impõe aqui peremptória e soberana.

É a casa, o porto seguro que acolhe e permite o desenvolvimento de cada indivíduo, seja pela apreensão dos valores sociais, religiosos e morais transmitidos pelo núcleo familiar, seja pelo exercício dos relacionamentos entre seus membros, seja pelos cuidados essenciais para sua sobrevivência.

A rotina das atividades domésticas persiste há centenas de anos no mundo inteiro. Seu formato, sua valorização ou desvalorização pode mudar conforme a época e seus costumes. A revolução industrial pode ter incrementado tecnologicamente os lares, mas não tornou indispensável a limpeza, a organização, os diversos consertos que uma casa demanda. Será que há um sentido mais profundo nas tarefas caseiras? O que se esconde na circularidade, de natureza interminável, do lavar, passar, varrer (ou aspirar), estender lençóis, cozinhar? No ajudar os filhos a fazer seus trabalhos escolares, alimentá-los e contar-lhes estórias? Ou ainda nos acordos implícitos ou explícitos dos casais sobre a divisão de tarefas domésticas?

Talvez seja justamente o fato de a vida doméstica, como afirma Oliveira (2003:40), não ser um bloco homogêneo de gestos cotidianos que se repetem, mas uma teia de situações de natureza diferente, às vezes antagônicas, que se tecem ao longo dos dias, que carrega consigo certo mistério. A manutenção da vida doméstica tem um movimento constante: tudo que é consumido precisa ser repostado; o que é sujo precisa ser limpo; o que é danificado ou pára de funcionar precisa ser consertado; o que está fora do lugar precisa ser organizado. Além disso, as pessoas precisam repousar, conversar, tomar banho, alimentar-se, apoiar-se mutuamente e é no espaço privado de seus lares que isto tem lugar. Em suma, é a manutenção psíquica, emocional, educacional e social da própria família que está em jogo.

Essa teia de situações diferentes tem sido prioritariamente orquestrada pelas mulheres. As tarefas domésticas e as responsabilidades familiares são trabalhosas e consumidoras de tempo. Dentre as atividades caseiras, tais como a preparação

de alimentos ou cozinhar, a limpeza da casa, a compra de mantimentos e artigos para a casa, a lavagem de pratos e roupas, incluindo o processo de passar e consertar, são as que segundo estudos conduzidos nos Estados Unidos como aponta Coltrane (2001:430) são as maiores consumidoras de tempo, além de não serem opcionais nem poderem ser postergadas. E são essas atividades que são consideradas por vários autores como tradicionalmente femininas e que, portanto adquirem o rótulo de trabalho de mulher.

O trabalho doméstico engloba um grupo de práticas concretas e simbólicas que constituem e reproduzem a vida diária. Ainda segundo Coltrane (2001: 445), o fato de ser considerado ainda como uma responsabilidade prioritariamente feminina contribui para que se perpetuem desigualdades de classe, gênero e etnia. O mundo doméstico é o palco para onde se volta o foco deste trabalho e a ideia principal que permeia todo o caminho deste estudo é o seu desvelamento, para que dentre outras coisas se traga à tona o seu peso no gasto diário do tempo das mulheres, ainda que em determinado segmento social / laboral, como será visto adiante.

2.1.1 - Divisão das tarefas domésticas

*(...) Minha filha, quando você casar, o seu marido vai almoçar e jantar
livro...*

Você só pensa em livro, eu hem, o que vai ser de você? Isso tem futuro?

*Isso tem presente. Garante a aventura presente,
vamos lá, converse com sua mãe, diga-lhe que esse proseio já findou,
os tempos são outros tais;*

já tem muito menino-homem que divide as tarefas domésticas...

Stela Rezende

Segundo Brines (1993:307), a divisão de tarefas domésticas é o resultado da negociação entre homens e mulheres que utilizam qualquer recurso estimado que tenham para reduzir a sua participação em nome de seu próprio interesse. De acordo com esta perspectiva os indivíduos tiram vantagem de seus recursos particulares, sejam estes pessoais, interpessoais ou financeiros, no intuito de evitar as tarefas domésticas.

É possível para o casal contemporâneo fazer negociações, entrar em acordos, equilibrando direitos e deveres? Se isto é possível, por que em relação às tarefas do lar as mudanças que se evidenciam ainda são consideradas insuficientes? Se as mulheres estão sobrecarregadas com mais responsabilidades do que lhes cabem, certamente é porque um dos pratos da balança está desequilibrado e isto pode ser fruto de negociações falhas. Ou ainda pode ser que não ocorram ajustes explícitos e sim acomodações “naturais”, norteadas pelos papéis de gênero tradicionais sobre quem faz o quê e quando. Se as responsabilidades familiares e os afazeres domésticos ainda são encarados como obrigações da mulher por elas próprias, pelo parceiro, demais membros da família e pela sociedade de uma forma geral e isto está sendo vivenciado como um peso por elas, não se faria imperiosa a necessidade de rearranjos? Ou será que as ideologias que regem estas combinações eliminam a percepção de desequilíbrios nos ajustes e a conseqüente sensação de injustiça?

Falar em divisão, aqui, pressupõe a ideia de compartilhamento. No âmbito privado das relações entre homens e mulheres, pode-se dizer que os atores envolvidos na administração do lar são chamados a cooperar cada um com a sua parte no desempenho das tarefas domésticas. Essa premissa está de certa forma correlacionada com a construção de relações democráticas, fruto do advento do individualismo contemporâneo. A partir dos anos de 1960 no Ocidente nasce a segunda modernidade e que, segundo Singly (2007:174), foi o momento em que os indivíduos menos individualizados (as mulheres e as crianças) obtiveram um crescimento dos seus direitos. O ressurgimento do movimento das mulheres, baseado nas ideias de Simone de Beauvoir e reexaminadas por Betty Friedan, tornou-se a base de um novo pensamento feminista nos Estados Unidos. Graças ao movimento feminista, uma das insatisfações que se alastrou internacionalmente entre as mulheres foi justamente com o cotidiano. Informadas e mais escolarizadas, as mulheres passaram a buscar outras formas de satisfação pessoal e, desta forma, sociedades mais igualitárias começaram a ser redesenhadas a partir das lutas concretas promovidas pelo feminismo contemporâneo.

A democratização da vida pessoal é um processo menos visível, como aponta Anthony Giddens (1993: 208), porém com implicações muito profundas. O preceito elementar de democracia política - não há direitos sem deveres -

aplica-se também ao reino do relacionamento puro, mais precisamente às conjugalidades contemporâneas ditas igualitárias. O autor traz este conceito de relacionamento para se referir a um vínculo emocional próximo e continuado que se estabelece com uma pessoa e que não é dependente da instituição do casamento e que faz parte da reestruturação genérica da intimidade. Um relacionamento deste formato pressupõe que cada uma das partes manterá a relação enquanto esta lhes for satisfatória. E esta satisfação pode passar pela noção de que a intimidade construída no relacionamento poderá sustentar um equilíbrio entre ações, prerrogativas e responsabilidades que não onere nenhuma das partes.

Diferente da concepção de Giddens, a perspectiva de Brines (1993), supracitada, aponta justamente para o aspecto desnivelador de poder obtido a partir dos recursos pessoais de cada membro de um casal para lidar com a questão do compartilhamento das tarefas domésticas. Não há nessa perspectiva uma preocupação com o equilíbrio dos deveres e direitos entre os parceiros. Essa visão não colabora para uma negociação equitativa entre as partes e, sim, para a manutenção de um *status quo*: trabalha mais (em casa), quem pode menos e quem pode mais é aquele (a) que sabe estrategicamente utilizar seus recursos individuais em prol de um desengajamento doméstico. Certamente essa premissa não está alinhada com uma proposta igualitária de relacionamento, cujo propósito é a busca de equilíbrio das negociações entre os parceiros e não um acerto individualista onde a satisfação do outro fica relegada a um segundo plano.

Saindo um pouco da teoria para o que apontam as pesquisas, o que se tem observado é que as propostas igualitárias de relacionamento vêm esbarrando no retrato de uma realidade menos generosa para com as mulheres. Elisabeth Badinter (1986: 276) relata estudos a respeito das ocupações diárias dos casais na França, Estados Unidos e União Soviética nos anos de 1970, nos quais se apontava que o trabalho doméstico era o menos equitativamente repartido segundo os sexos. A esta constatação, Badinter acrescenta que:

o cansaço das mulheres que trabalham fora de casa engendra ressentimento para com o cônjuge. A era do diálogo logo terminou, substituída por uma espécie de solidão contra a qual se pensava estar precavido, coabitando ou se casando, solidão feita de hostilidade contra o Outro, percebido como explorador.

Relações mais democráticas sofrem uma espécie de abalo quando é retirado o seu cerne que é justamente a possibilidade de um diálogo produtivo. Os incômodos que não são explicitados ficam no lugar do não-dito e tais como ervas daninhas podem corroer as relações (já tão conturbadas) entre os gêneros e com isto incrementar o número de divórcios ou de casamentos infelizes.

Mais de vinte anos se passaram após as afirmações de Badinter e, no entanto, as assimetrias persistem. Parece que a divisão igualitária está um tanto distante do ideal sonhado e o cenário social encontra-se configurado (majoritariamente) por gerações de mulheres que não estão mais envolvidas em batalhas ideológicas e por homens que embora estejam mais próximos do mundo doméstico ainda se vêem balizados pela autorização feminina para transitar nesse território. Mulheres que adotam posturas mais igualitárias solicitam de maneira mais assertiva a cooperação de seus maridos. O fato das competências no domínio familiar estarem atreladas aos papéis de gênero tem colaborado para que a sobrecarga de trabalho doméstico recaia sobre as mulheres. A convocação para a realização das tarefas ainda está sendo orquestrada pelas mulheres e os homens que se dispõem a colaborar ocupam um lugar de coadjuvante nesta parceria para a gestão do cotidiano. Talvez a proposta igualitária dos casais contemporâneos teoricamente se assemelhe à proposta do relacionamento puro de Giddens, porém a práxis parece se aproximar mais da perspectiva de Brines.

2.2 - A revolução industrial e a divisão sexual do trabalho

Antes da industrialização, no período entre os séculos XVIII e XIX, os Estados Unidos a exemplo de outros países ocidentais eram uma sociedade predominantemente rural. Segundo Wharton (2006:18), no cenário daquela época, trabalho e família, encontravam-se entrelaçados com homens, mulheres e crianças trabalhando em conjunto na agricultura e em casa.

De forma similar, na França, conforme descreve Ariès (1990:40), no final do século XIX, início do século XX havia uma indiferenciação dos espaços e das tarefas. As tarefas caseiras e profissionais eram realizadas em simultâneo. No universo dos operários e camponeses franceses, o homem e a mulher trabalhavam às vistas um do outro e ambos de maneira igualmente exaustiva: mulheres faziam uma parte do trabalho produtivo e os homens também faziam os serviços para a casa. Estas relações modificaram-se com o advento da industrialização.

A industrialização veio modelar, enquanto processo, a estrutura e a organização do trabalho, exercendo uma profunda influência sobre família e gênero. Dentre seus legados mais importantes, que particularmente interessa focalizar aqui, Wharton (2006:18) destaca a emergência da domesticidade e do mercado de trabalho. No início do século XX ocorre a junção de duas forças que convergem para transformar as concepções do trabalho, as relações da família e trabalho e os estudos sobre estas relações até quase o final deste período. A primeira força foi a masculinização da força de trabalho remunerada e a construção correspondente da casa como o lugar das mulheres e das crianças. A segunda força foi o crescimento do “moderno” mercado de trabalho.

A industrialização ameniza o trabalho doméstico de homens e crianças e aumenta o da mulher. Cowan (1983) cita vários fatores que contribuíram para esta mudança: os homens deixam de ajudar em casa; surgem novos conceitos a respeito da infância; ocorre uma expansão das responsabilidades maternas e mudanças nas tecnologias domésticas que poupam trabalho, porém, aumentam o tempo necessário para a realização das tarefas. A casa passa a representar o domínio das mulheres e o mundo público passa a ser o mundo dos homens. A era industrial com sua economia capitalista divide as sociedades ocidentais em duas esferas separadas e sustentadas por uma ideologia privada que passa a corresponder às mulheres, que é a unidade doméstica e não remunerada, e a outra pública, a unidade de produção, que passa a corresponder aos homens. Possivelmente nesse período a imagem da dona-de-casa passa a compor mais fortemente a identidade feminina, assim como a do trabalhador e provedor, a identidade masculina.

Esses universos particulares do homem e da mulher tiveram evolução desigual. Enquanto na esfera pública se produziam grandes transformações históricas, a esfera doméstica evoluía lentamente. O trabalho remunerado foi ganhando lugar de destaque social e passou a ser regido por normas que o balizavam. O trabalho doméstico foi ficando à margem, isolado da tessitura social, cujo caráter familiar associado à vida privada relegou a certa invisibilidade e escassa produtividade social.

Para Ariès (1992:42) é a especialização dos espaços que rompe a igualdade conjugal e institui a mulher como empregada do marido. A relação homem-

mulher se hierarquiza novamente, desta vez na divisão sexual das tarefas, trazendo a reboque a questão da desigualdade e da sujeição. A mulher que fica em casa passa a trabalhar *para* o marido. As tarefas domésticas que antes não eram desvalorizadas passam a sê-lo com o aumento do status do trabalho remunerado e ficam exclusivamente a cargo das mulheres. O autor acrescenta que, enquanto a economia se tornava mais monetarizada, o dinheiro poupado nas despesas pelas mulheres passava a contar menos do que o dinheiro obtido pelos homens. Aqui parece estar ancorada a ideia que persiste no imaginário social ainda hoje, de que o papel da mulher na economia doméstica é tido como secundário e complementar, ou seja, o de co-provedora.

A segregação entre as esferas de produção e reprodução que emergiu com o advento da sociedade industrial foi se incorporando ao cotidiano das famílias e conforme Bruschini e colaboradores (2008: 63) afirmam:

a ideologia se encarregou do resto, transformando essa rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão “natural,” própria à biologia de cada sexo. A mistificação do papel de esposa e de mãe se concretizou mais facilmente, na medida em que casa e família passaram a significar a mesma coisa, apesar de na verdade não o serem: enquanto a casa é uma unidade material de produção e de consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos.

Estes legados da industrialização ainda estão presentes na contemporaneidade e, embora o padrão não seja mais tão rígido, ainda persiste na unidade familiar através de uma divisão de tarefas domésticas não tão igualitária quanto é professada. A confusão entre os termos casa e família se faz presente, da mesma forma que a mistificação do papel de esposa e mãe. As mulheres transitam nas duas esferas, privada e pública, assim como os homens, embora em níveis distintos de intensidade, envolvimento e dispêndio de tempo. O domínio da casa e o domínio público ainda são correlacionados ao feminino e ao masculino, respectivamente, como domínios de competência dicotomizados desta forma pela ótica sexual. Em suma, a divisão sexual do trabalho ainda persiste, mas é questionada desde que o trabalho doméstico entrou para o debate teórico, como será visto adiante.

2.2.1 - O trabalho doméstico desnudado

Muitos estudos vêm se debruçando sobre o trabalho doméstico feminino desde 1970. Bruschini e colaboradores (2008:66) afirmam que:

A primeira geração de estudos se concentrou exclusivamente na esteira da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por seu papel na reprodução social. Mais tarde, a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho teria peso considerável na bibliografia, dando origem às primeiras discussões sobre o tema do trabalho doméstico. Mas as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram realmente um novo rumo quando passaram a abordar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo (ou da família). Pois, para as mulheres, a vivência do trabalho sempre implicou a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição.

Para explicar a problemática feminina de opressão buscaram-se analogias que aproximassem o mundo das mulheres do mundo dos trabalhadores. Sob enfoque marxista que durante certo período era predominante nas ciências sociais, buscou-se a valorização do trabalho doméstico através de uma respeitabilidade teórica e uma comparação com o trabalho remunerado e sua ótica do mercado. Muitas discussões sobrevieram no intuito de denunciar a invisibilidade que pesava sobre o trabalho feminino no espaço privado e, com isso, buscar o reconhecimento do seu valor junto à sociedade. Uma enorme massa de trabalho era efetuada gratuitamente pelas mulheres, realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Falou-se em reprodução da força de trabalho para qualificar tudo o que se referisse à criação dos filhos. Conforme Oliveira (1991:99) afirma, “fazia-se apelo ao econômico para legitimar o afetivo.” Ainda sob essa ótica Oliveira (1991:98) conta que:

Duas economistas francesas empregaram-se uma na casa da outra como diaristas e realizaram, em troca de um salário, o que faziam de graça em suas próprias casas. Com isso demonstraram o valor de mercado do trabalho doméstico, realidade largamente conhecida nos países do Terceiro Mundo, onde cuidar da casa é responsabilidade da “empregada doméstica”.

Foi com a lente da economia que se tentou atribuir valor ao trabalho doméstico durante um certo período, mas como nem tudo tem valor de troca de mercado, depois de muitas reformulações foi preciso discriminar responsabilidades familiares do trabalho doméstico e reconhecer que o valor social destas atividades está justamente na sua especificidade, que reside numa lógica da gratuidade. Cabe aqui fazer uma distinção também sobre as duas

práticas do trabalho doméstico: o trabalho doméstico não remunerado, realizado no interior da própria casa e do contexto familiar com as divisões e tarefas que estão presentes; e o trabalho doméstico enquanto emprego, isto é, como trabalho remunerado, como venda de força de trabalho para outras pessoas, portanto, como relação mercantil. A discussão desse período de efervescência do movimento das mulheres abriu espaço para que outras reflexões pudessem ser formuladas e assim as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. De acordo com Hirata e Kergoat (2007: 596) isso permitiu considerar simultaneamente as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho.” As autoras afirmam ainda que:

O trabalho doméstico, que já foi objeto de numerosos trabalhos, quase não é mais estudado; fala-se em termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado.

O debate sobre a dupla jornada surge entre mulheres, nos espaços do movimento feminista, sobre os problemas que enfrentam para responder às exigências e necessidades das duas esferas. A socialização das dificuldades enfrentadas na vida cotidiana foi transitando dos dilemas pessoais, das impossibilidades, da falta de cada uma para uma dimensão maior: a construção de um problema político e sociológico.

2.3 - Papéis de gênero no âmbito doméstico

2.3.1 - Dona-de-casa-ainda-feliz-com-o-seu-papel?

De acordo com Oliveira e Silva (1989:161) a década de 1950 se caracterizava pela *dona-de-casa-ainda-feliz-com-o-seu-papel*. Nesse período, afirma a autora, a dona-de-casa era descrita como sendo uma supermulher que dava conta de forma superlativa de todos os afazeres da casa e nisso encontrava a sua glória. Como ficaram estas representações com o advento das mudanças sociais, políticas e econômicas e as discussões e contestações sobre a divisão tradicional dos papéis de gênero, sobre o trabalho doméstico e sobre as atribuições ditas “naturais” das mulheres?

Pode-se dizer que há uma certa glorificação hoje da mulher que supostamente dá conta de tudo. Seu território de ação ampliou-se e, diferente

daquela da década de 1950, a mulher contemporânea passou a abarcar os dois universos: o privado e o público. O modelo da supermulher ainda parece invicto embora a roupagem tenha mudado. Se ela já era descrita assim enquanto responsável por um universo somente, o que dizer da mulher que hoje transita também pelo mundo do trabalho?

As mulheres que se desdobram em tantas, se mostram ativas e com mil e uma ocupações e, no entanto, se revelam pouco questionadoras do seu status atual de mulher assoberbada. Isto, segundo Jablonski (1998:165).

(...) está atrelado ao mar de culpas que envolve a mulher que se decidiu “pela rua.” Aqui há reconhecimento, há liberdade, há contato com o outro, mas igualmente a velada acusação de negligência nos cuidados para com os filhos, e a culpa por vastas parcelas de responsabilidade na crise do casamento. (...) a mulher, ao sair para o mundo, deixou a “porta aberta”, com o conseqüente esvaziamento do lar. Culpa por culpa, se essa segunda hipótese ainda é discutível ou questionável, e nem chegou à consciência individual das mulheres, a primeira, que se refere a descuidos no papel que historicamente lhes foi consagrado, se mostra bem mais impactante emocionalmente. O resultado é uma perene sensação de não estar cumprindo um dever a contento, com o remorso, a insatisfação e a dúvida sempre à espreita.

Pode-se dizer então, que o modelo da supermulher (ou multimulher) contemporânea impõe um ônus altíssimo. Paradoxalmente, é graças à idealização deste modelo que as mulheres acabam por fazer, mesmo que involuntariamente, uma conexão com sua humanidade. É justamente a dimensão humana que aponta para as limitações: o estresse, a exaustão, a sobrecarga e a depressão decorrentes de uma tentativa desenfreada de conciliação entre as demandas da esfera profissional e familiar. O exercício pleno e satisfatório de uma multiplicidade de papéis torna-se inalcançável, no cenário atual. E o que resta é a dura constatação de que o limite não é o céu. Essa idéia é complementada por Friedan (1985:84) ao afirmar que:

uma dupla carga de culpa e isolamento que é real assola as mulheres: a culpa pela maternidade menos-que-perfeita e pelo desempenho profissional menos-que-perfeito porque não é possível “ter tudo” quando os empregos ainda estão estruturados para os homens cujas esposas cuidam dos detalhes da vida, e os lares ainda estão estruturados para as mulheres cuja única responsabilidade é cuidar de suas famílias.

De acordo com a autora, o nó da questão encontra-se atrelado a um aspecto estrutural: há um desajuste na engrenagem que articula vida familiar, profissional, e papéis de gênero somados à mistura de padrões novos e antigos de

comportamento que ainda não estão dando conta satisfatoriamente de um novo *modus vivendi*. Pode-se visualizar a situação como dois polos: um representando o passado recente dos anos dourados, cujo território de ação feminina era bem restrito; e o outro, pós-moderno, no qual não há fronteiras visíveis e onde todas as opções (aparentemente) estão à disposição das mulheres. O imperativo contemporâneo parece conclamar as mulheres para que conciliem trabalho e família, contanto que não esqueçam que o seu raio de ação principal (e essencial) é a casa. Embora o papel de dona-de-casa seja apenas *mais* um papel que a mulher exerce, ele ainda é fortemente correlacionado com supostas qualidades inerentemente femininas. Conforme Rocha-Coutinho (2003:96) afirma:

Diferentes discursos sociais continuam a reforçar o antigo papel da mulher na família, como esposa, dona-de-casa e principalmente como mãe. (...) a socialização inicial de mulheres e homens ainda encoraja o desenvolvimento de características essenciais para seus futuros papéis na família como é o caso do desenvolvimento, nas mulheres, de um sentido de interdependência com relação às pessoas, que torna a atividade de cuidar das necessidades dos outros quase que vital para o bem-estar feminino.

Partindo dessa constatação, fica mais claro entender tamanha adesão ao papel de dona-de-casa e o quanto este se encontra entranhado na configuração identitária feminina. Mais do que um papel a desempenhar, com diferentes graus de consciência, muitas mulheres consideram que ser dona-de-casa *está no sangue*. Não é de surpreender que a realidade ainda se apresente assim. A socialização inicial que ocorre nos primórdios do desenvolvimento da personalidade da mulher imprime no seu psiquismo prescrições sociais que a mantém como que numa saia justa, ou seja, com seus movimentos restringidos neste papel. Esta restrição de movimentos não é literal, evidentemente, mas pode ser compreendida ao se pensar no fato de que as mulheres ainda se mantêm reféns da casa. É como se os laços que as prendem ao mundo doméstico fossem elásticos o suficiente para deixá-las ir mais longe, mas não muito, não a ponto de rompê-los. O alargamento do seu território de atuação é uma conquista valorizada socialmente e sobretudo a capacidade de conciliar trabalho e família. No entanto, as mulheres que carregam consigo um senso de dever doméstico excessivo, fruto da história de suas vidas particulares e referendadas pelo entorno cultural e social que avaliza a ideia de que mulher, família e casa são praticamente sinônimas, talvez estejam tomando um rumo equivocado. Ao permanecerem tão aderidas ao papel de dona-de-casa, estas mulheres acabam por sobrecarregar-se e reduzir seus horizontes a um

suposto poder doméstico herdado de gerações passadas e que já demonstrou ter um alcance bastante limitado. Além disto, este poder é um tanto ilusório, visto que não é conquistado e, sim, concedido pelos homens. Que homem está interessado em lutar pela conquista do território doméstico? Conforme Rocha-Coutinho (1994:103) afirma sobre as “rainhas do lar” da década de 1950:

(...) as mulheres deveriam ter poder de decisão e controle apenas naquelas áreas em que os homens haviam renunciado a ele – ligadas geralmente ao espaço da casa e da família e, ainda assim, o controle último deveria sempre caber ao homem. Desta forma, a mulher poderia, por exemplo, se encarregar do cardápio da família, da educação das crianças, e da decoração da casa, mas este cardápio deveria ser organizado em função dos gostos e preferências de seu marido; a escola dos filhos era, em última análise, escolhida por ele, que era também quem dava a palavra final a respeito de se e quando os móveis poderiam ser trocados.

Hoje as mulheres sobrecarregam-se ao não compartilhar (ou por tomar grande parte para si, ou seja, de forma desigual) as tarefas domésticas com seus maridos e/ou com as demais pessoas capacitadas que coabitam o mesmo espaço físico, ao mesmo tempo em que trabalham fora e cuidam dos filhos. É possível dispor de tamanha elasticidade para dar conta de tantos papéis sem ônus para a saúde?

De acordo com Cia e Barham (2008:212) a teoria de *enhancement* ou facilitação analisa como cada envolvimento (profissional) complementa e melhora o outro (familiar) e propõe impactos benéficos dos papéis múltiplos para a saúde do indivíduo e o bem-estar de seus familiares. Segundo esta abordagem, foi possível perceber melhorias na saúde mental de mulheres com envoltimentos profissionais, em relação à mulheres donas-de-casa, melhorando seu desempenho em papéis familiares em função de sua maior auto-estima.

Uma pesquisa conduzida na Inglaterra (McMunn, 2006) traz pareceres consonantes ao indicar que mães que trabalham e têm relacionamentos estáveis costumam ser mais saudáveis do que donas-de-casa, que tendem a ser obesas. Estudiosos analisaram informações sobre mulheres com idade entre 15 e 54 anos e publicaram suas conclusões na revista científica *Journal of Epidemiology and Community Health*. A porcentagem de obesas entre as que tinham "jornada dupla" era de 23%, enquanto que entre as donas-de-casa, 38% eram obesas. Segundo os pesquisadores, os resultados mostram que o estresse gerado pelo acúmulo de funções é superado pelos benefícios de longo prazo. Eles utilizaram dados de

mulheres que participavam do Estudo Nacional de Saúde e Desenvolvimento do Conselho de Pesquisa Médica, que acompanha a saúde de homens e mulheres desde 1946. Foram levados em conta fatores como histórico de empregos, estado civil e se tinham filhos ou não. A análise desses dados mostrou que aos 54 anos as mulheres que tinham tido relacionamentos estáveis, tinham sido mães e trabalhado apresentavam riscos significativamente menores de adoecer em relação às mulheres que não haviam cumprido os três papéis. Mulheres que haviam sido donas-de-casa durante a maior parte da suas vidas e não tiveram um emprego relataram ter a pior saúde, seguidas por mães solteiras e mulheres que não haviam tido filhos. A pesquisadora responsável pelo estudo, Anne McMunn, do Departamento de Epidemiologia e Saúde Pública, diz que as mulheres que ficam em casa tendem a ganhar mais peso porque costumam comer mais e se exercitar menos. Talvez a questão não seja a multiplicidade em si de papéis que pode se tornar geradora de estresse ou por outro lado, favorecedora de bem-estar, mas sim *como* é gerenciado este transitar por várias esferas; *quais* são as motivações de cada mulher; graus de envolvimento e finalmente com que qualidade e satisfação os papéis são exercidos.

Deixar de ser dona-de-casa não parece ser opcional: desengajar-se total ou parcialmente do mundo doméstico poderá parecer transgressor demais para algumas mulheres; vital para outras; e possivelmente impensável para as mais conservadoras. Além da questão da estrutura psicológica individual; dos posicionamentos ideológicos e da escolarização; os atravessamentos de ordem sócioeconômica poderão também ser impeditivos concretos e intransponíveis para um desengajamento, mesmo que parcial, do mundo doméstico.

De acordo com Diniz e Perlin (2005:23):

as mulheres estão questionando mais os homens. Elas tendem a não aceitar comportamentos de desleixo; ressentem-se com demonstrações de negligência na administração da vida doméstica – incluindo cuidado com os filhos, compras, etc.

Por outro lado, os homens segundo Féres-Carneiro (2001:76):

os homens estão mais acomodados na relação conjugal e não demonstram necessidade de realizar mudanças, enquanto as mulheres estão mais inquietas, se mostram mais desinstaladas, ressaltando o desejo de buscar transformações que possam melhorar, cada vez mais a vivência da conjugalidade.

Mulheres mais questionadoras; outras mais paralisadas e culpadas; homens sendo convocados a uma participação mais efetiva no mundo doméstico e familiar; conjugalidade posta em xeque. Os comportamentos diferem e o grau de satisfação obtido no casamento também, como será discutido mais à frente.

O momento atual é marcado pela pluralidade: configurações familiares diversas, multiplicidade de atribuições, conjugalidades, parentalidades, feminismos. É a era da diversidade de funções, das possibilidades de vir a ser, pelo menos em tese. As mulheres em particular, vêm experimentando diversos papéis, para além dos que giram na órbita do casamento, tais como esposa, dona-de-casa e mãe, há também os de cidadã, trabalhadora e profissional de carreira. No entanto, como sincronizá-los, sendo múltiplas o tempo todo? Sim, é positivo pensar que não se precisa mais fazer escolhas *apropriadas* de atribuições indicadas de forma precisa pela sociedade, visto que o conceito do que é ou não apropriado é relativo, e teoricamente as mulheres cidadãs podem gozar de mais autonomia em suas vidas. Como lidar então, com a frouxidão das amarras? As soluções ainda têm sido em geral individualizadas e pessoais para este dilema imposto pelo modo de ser mais polivalente. Diante destas constatações, pode-se parodiar este subtítulo que faz referência às mulheres dos anos dourados de 1950 e apostar numa expressão talvez mais condizente com as mulheres de hoje: *supermulheres-assoberbadas-com-uma-multiplicidade-de-papéis*.

2.3.2 – Donos-de-casa, por que não?

Donos-de-casa parecem ser uma tendência na Inglaterra segundo o jornal britânico *Daily Mail* citado na BBC do Brasil, de 18 de maio de 2007. Os dados a seguir foram publicados pelo *Office for National Statistics* (departamento nacional de estatísticas britânico) em pesquisa de empregos que inclui 13 razões para inatividade econômica. O número de homens que deixam seus empregos para cuidar dos filhos em casa, na Grã-Bretanha, aumentou em 3 mil para um total de 200 mil no primeiro trimestre de 2007, comparado com o mesmo período do ano anterior.

Segundo a publicação o número de homens que são pais em período integral, subiu 83% desde que os dados oficiais começaram a ser registrados em 1983. No mesmo período, ainda segundo o jornal, a quantidade de “mães de

período integral" caiu quase 25%. Nos casos em que a mulher ganha um salário maior, milhares de casais estão decidindo que o homem deve ficar em casa após o nascimento do primeiro filho.

Este fenômeno teve como consequência uma iniciativa do governo britânico de mudar as regras de licença maternidade e paternidade: o período de licença maternidade remunerada aumentou de 26 para 39 semanas; já os pais passaram a ter direito a duas semanas de licença remunerada a partir da data de nascimento ou até oito semanas após o parto. O governo estuda a possibilidade de aumentar a licença paternidade remunerada para seis meses, mas as mães precisam ter retornado ao trabalho.

Um outro fenômeno interessante é o da associação formada (desde 2001) só por homens e que lançou uma campanha pela igualdade de sexos na Espanha. O objetivo é conseguir direitos e deveres iguais para homens e mulheres em todos os âmbitos, inclusive dentro de casa. O movimento chamado "paridade também no lar" pede aos maridos que se comprometam a dividir as tarefas domésticas. A proposta é da Associação de Homens pela Igualdade de Gênero (AHIGE), que tem o apoio do governo e busca conscientizar maridos e companheiros sobre a importância de equilibrar as responsabilidades intralares. A AHIGE oferece cursos gratuitos de tarefas do lar e se propõe em três dias a ensinar os homens a lavar, passar, cozinhar, costurar, limpar e arrumar uma casa, trazendo à tona com isto a ideia da co-responsabilidade pelo mundo doméstico, embutida na proposta.

Embora esses fenômenos isolados não se constituam numa massa crítica representativa de uma maioria é importante registrar e divulgar as possibilidades de mudanças e flexibilização nos papéis de gênero, especialmente nesses casos que retratam o surgimento de novas posturas entre os homens. Diniz (2009:145) afirma que a desmistificação do peso e do desagrado em torno do exercício de tarefas domésticas e de cuidado com os filhos precisa ganhar espaço entre os homens. Para caminhar na direção de um ideal de modelo dual igualitário de relacionamento não é necessário inverter os papéis de gênero: urge, porém que esses papéis não se mantenham fixos por uma lógica rígida. Uma aproximação (que não seja tímida) dos homens em relação ao mundo doméstico pode ser um facilitador empático: exercer um papel novo até então poderá favorecer uma compreensão maior do lugar ocupado pelo outro, e nesse sentido uma qualidade

maior na conjugalidade poderá ser experimentada. A autora (2009:144) afirma que por envolver também uma desnaturalização do lugar do masculino e do feminino na cultura esta tarefa não é tão fácil de ser concretizada.

Homens que ousam abraçar causas de gênero como os da associação supracitada têm o potencial de provocar reflexões e quiçá rupturas. Exercer um papel historicamente construído como feminino e desempenhar com desenvoltura atividades do mundo doméstico é permitir-se ampliar o repertório identitário, atravessar fronteiras, conquistar uma genuína diversidade de ser; abrir mão de preconceitos de gênero, libertar-se de estereótipos sexuais e avançar a passos largos na direção de uma práxis da igualdade.

A iniciativa da ONG espanhola é respaldada pelo Ministério da Igualdade daquele país, o que ganha uma dimensão de maior estatura. Araújo (2009:19) afirma que sem a participação efetiva do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de gênero que garantam práticas de conciliação trabalho remunerado, as famílias procuram soluções de âmbito privado. Equacionar os problemas de desigualdades de gênero é um trabalho complexo que está ligado à articulação de duas esferas: a privada e a pública.

Em pesquisa nacional do Datafolha de 2007 sobre a família brasileira, apenas um exemplo de dono-de-casa foi apresentado: um publicitário cuja esposa bancária é a provedora financeira do casal, enquanto ele assume a paternidade em tempo integral, suspendendo a carreira até o primeiro ano de vida do filho. Embora o entrevistado tenha adotado uma postura mais incomum entre os homens brasileiros, seu discurso ratifica um pensamento bem conservador que revigora os velhos estereótipos sexuais:

É mais fácil cortar o pai nos cuidados com os filhos. Queira ou não, às vezes é mais importante a mãe estar presente, há uma ligação de barriga. Além disso, a mulher faz várias coisas ao mesmo tempo, é multitarefa. Eu me desdubro, é sofrido. Queimo o arroz, tirando ele [o filho] do banho...Faz falta isso!

O entrevistado utiliza-se do aspecto biológico para reforçar a ideia de que o papel da mulher está inscrito na natureza, seja pela ligação mais visceral com o filho, quanto por uma característica supostamente inata. Ela “é multitarefa” enquanto ele (só ele?) sofre ao se desdobrar e é um aprendiz desajeitado com as lidas domésticas. Este exemplo demonstra que, mesmo posturas aparentemente

vanguardistas encontram-se mescladas com um ideário tradicional que se apoia em fundamentos biológicos para justificar que mesmo um homem que se propõe a trocar de lugar com a mulher, na verdade não está “no lugar certo.” O título da reportagem *Exceção que confirma a regra* endossa o discurso social que enaltece a maternidade em detrimento de uma maternagem (ou paternagem) compartilhada. Neste caso a práxis é moderna, há uma flexibilização dos papéis de gênero, mas o discurso encontra-se defasado.

Badinter (2005:157) critica o uso da diferença biológica como critério supremo da classificação dos seres humanos. A autora afirma que o recurso à biologia concerne unicamente à mulher. O homem nunca é definido por sua capacidade paterna, nem pela importância de seus músculos. E desta forma o que se observa nos discursos sociais é a maternidade sendo apontada como destino e a paternidade como escolha. A mulher torna-se refém da natureza enquanto, como diz a autora, é “lastreada em seu corpo e o homem se liberta disso.” Para que se possa conjugar os verbos ser e fazer igualmente para mulheres e homens, sem condená-los a manter-se regidos pela especialização dos papéis, justificados pelo reducionismo biológico, há que se denunciar a manutenção de estereótipos aprisionantes. Esse combate ideológico que vem sendo feito há mais de trinta anos parece ter que ser reativado vez ou outra, sob risco de tornar mais lenta ou mesmo impedir a marcha para a igualdade. Talvez se precise fazer uma revisão das posturas que se pretende adotar para daí sustentá-las vigorosamente, sem discursos dúbios e capas que encobrem velhas teorias. Discursos como o do entrevistado da pesquisa do Datafolha denotam isso: se é a mulher, a genuína dona-de-casa e mãe (insubstituível), por que os homens precisariam envolver-se com afincamento no estabelecimento de uma co-responsabilidade doméstica? Quando se confundem os termos maternagem e paternagem com maternidade e paternidade favorece-se o desinteresse pelo intercâmbio dos papéis, pois se acaba veiculando a ideia de que os cuidados com os filhos são da alçada feminina, esquecendo-se com isto de que somente a maternidade (gestar e amamentar) não é partilhável.

2.4 - Gestão do cotidiano

Silveira (1998:71) revela em sua pesquisa com casais que é no dia-a-dia que residem os maiores impedimentos para um viver criativo:

No cotidiano são confrontados todos os valores pessoais; a ideia de que existe satisfação total é posta em xeque e há tensão gerada pela coexistência de valores por vezes contraditórios. Diante das dificuldades na gestão do cotidiano, alguns poucos casais conseguem partir para o novo e assim encontrar soluções mais satisfatórias para seus impasses. Outros se acomodam, distanciam-se ou fazem inquirições constantes.

O transitar pelo espaço do cotidiano com criatividade tem se mostrado uma tarefa árdua, para homens e mulheres. Há uma tentativa de coordenar o mundo doméstico com suas tarefas de natureza circular, rotineira e interminável e cujas demandas não podem ser postergadas por muito tempo, em contrapartida com a vida pessoal, conjugal, profissional e com o exercício da parentalidade. Este desafio que os casais enfrentam diariamente se torna ainda mais complexo ao se adicionar o fato de que os papéis de gênero estão em plena transição, ou seja, menos claramente delimitados. As barreiras que separavam os territórios de ação dos homens, de um lado, e das mulheres, do outro, foram dinamitados pelo movimento feminista. Desde então, ambos vêm aprendendo a circular nestes domínios de competência do doméstico (os homens menos) e do público (as mulheres mais), enfrentando obstáculos de várias ordens: sobrecarga de trabalho, estresse, busca pelo sucesso e tempo pulverizado pelo cotidiano assoberbado de atividades dentro e fora de casa (especialmente as mulheres). Tais mudanças, como afirma Araújo (2009:10):

(...) não acontecem de forma tranqüila e sem resistências, pois o reordenamento igualitário de papéis, posições e relações, envolve um enfrentamento diário de conflitos e contradições visíveis na reprodução e cristalização de práticas desiguais, no cotidiano familiar.

A criatividade é a base para que os casais possam construir novos modelos de conduta. Articular o que é da ordem do relacional e subjetivo (conjugalidade, parentalidade, relações familiares e as devidas responsabilidades) com o que é objetivo e delegável (tarefas domésticas) envolve uma logística delicada. São muitas as dimensões de cada área a serem contempladas: traços de personalidade de cada cônjuge, capacidade de comunicação, resoluções de conflito, gerenciamento das finanças, atividades de lazer, sexualidade, parentalidade, relacionamentos com a família extensa, práticas religiosas e projetos do casal. Agregam-se a estas os aspectos relacionados à vida profissional de cada cônjuge e as demandas de investimento que cada atividade laboral exige. Todo esse contexto é norteado pelas influências ideológicas que cada membro do casal carrega consigo de suas famílias de origem: crenças, valores, além das prescrições

culturais e sociais sobre os papéis de gênero e suas concepções sobre família. Adiciona-se ainda a estes elementos o cenário sócio-cultural e econômico de cada casal e a exposição que sofrem de valores e normas contemporâneas que os fazem confrontar seus modos de conduta.

Equacionar os problemas advindos da gestão da vida privada que se articulam com a vida pública não cabe somente ao casal e muito menos às mulheres. É preciso, sim, lançar mão de uma certa audácia do pensamento para redesenhar não somente as relações no âmbito privado como também explicitar esse mal-estar no âmbito social. O que está em questão, na ótica de Oliveira (2003:53), é o modo como a sociedade está organizada, como está funcionando o mercado de trabalho, seus espaços e temporalidades, que insistem na ocultação do privado, como se ele não existisse. Na verdade, é graças ao mundo privado e doméstico que trabalhar fora de casa se torna possível. Partindo-se do pressuposto de que, primeiramente é no contexto do mundo privado que os alicerces estruturantes da formação de um ser humano se constroem e é no conforto do lar que mulheres e homens obtêm o repouso necessário para exercer suas atividades laborais. E segundo, é na esfera do mundo público que se exerce o trabalho remunerado, valorizado nas diversas culturas como fonte de possível realização pessoal, assim como responsável pela sobrevivência econômica. Pode-se concluir, então, que as esferas privada e pública são interdependentes e se retroalimentam.

Embora o cotidiano possa ser pensado como algo prosaico na vida das pessoas, sua gestão, no entanto, é complexa e requer ideias inovadoras, caso contrário, corre-se o risco de dificultar o progresso no sentido de criar condições mais satisfatórias para a questão da conciliação família e trabalho. Michalko (2004:49) afirma que, quando só se pensa como sempre se pensou, só se vai manter o que sempre se manteve – as mesmas velhas ideias. Esta é talvez a essência do pensamento conservador que, infiltrado nas mentalidades individuais e sociais, contribui para dificultar ou retardar mudanças. Os casais contemporâneos só conseguirão reformular os ritmos do seu cotidiano mais satisfatoriamente, caso consigam mobilizar-se para incorporar novos modos de relacionamento. Isso implica repensar as relações de gênero e desenvolver a autoria de sua conjugalidade, enquanto fruto de um pensar e agir criativos, eliminando domínios de competência regidos pela divisão sexual. São atitudes

que precisam partir do privado e ser devidamente respaldadas pelo social e público.

Segundo Medrado e Lyra (2002: 24):

É necessário pensarmos que apenas políticas afirmativas específicas à maior participação dos homens nas atividades domésticas não resolvem, pois os pais continuam a trabalhar mais horas que as mães em empregos remunerados. Ou seja, enquanto a sociedade for regida pelo princípio da divisão do trabalho por gênero, teremos barreiras para que homens e mulheres assumam mais ou menos atividades públicas e privadas em consonância com suas orientações individuais. Assim as mulheres continuam a assumir desproporcionalmente, grande parte das responsabilidades familiares, especialmente aquelas referentes aos filhos, e os pais continuam responsáveis primários pela manutenção material do lar.

O mundo doméstico não é mais o mundo das mulheres, assim como o mundo público não é mais o mundo dos homens. Neste capítulo privilegiou-se falar sobre o mundo doméstico, mas como se pode observar o reporte à esfera pública é inevitável, o que demonstra a impossibilidade de tratar de um sem fazer referência ao outro.